

Alfabeto: o melhor sistema de escrita? Uma querela induzida entre Flusser e Havelock *versus* Daniels e Man

Sérgio Luciano da Silva

resumo:

O presente artigo busca caracterizar o sistema de escrita alfabético em relação à diversidade de sistemas existentes. Seu objetivo é aproximar designers tipográficos que projetam em múltiplas escritas de temas da linguística e da gramatologia, exigidos nesse campo de trabalho. Como estratégia de abordagem são analisadas as concepções do filósofo Vilém Flusser e do classicista Eric Havelock em contraposição às do linguista Peter T. Daniels e do historiador John Man. Do embate dessas quatro visões são extraídos alguns dos critérios que consideramos essenciais para subsidiar o design tipográfico multiescrita em seus aspectos linguísticos e gramatológicos.

palavras-chave:

Sistemas de escrita; escritas; alfabeto; design tipográfico multiescrita; gramatologia.

1 Terminologia básica

O tema deste artigo envolve uma nomenclatura que oferece suporte conceitual e que estabelece termos básicos que vêm sendo adotados tanto por profissionais quanto por organizações envolvidas em comunicação escrita. Essa terminologia tem sido direcionada à pesquisa acadêmica assim como ao desenvolvimento de padrões para o crescente mercado das múltiplas escritas. Apesar disso, palavras como *alfabeto* e *escrita*, entre outras de uso cotidiano, ainda são empregadas por alguns pesquisadores em suas acepções não especializadas no debate científico. Diante desse quadro, considerando a exigência de rigor e a necessidade de um vocabulário preciso, antes de passarmos propriamente ao tema, apresentamos em resumo alguns desses termos, elaborados pelo linguista Peter T. Daniels (1996):

- Sistema de escrita (*Writing system*) — esta expressão diz respeito às formas de representação gráfica das palavras e sons dos idiomas, nas suas distintas classes (substantivos, verbos, adjetivos, advérbios e os mais diversos vocábulos) e que se encerram dentro de um conjunto de elementos organizados (uma ortografia). Em outras palavras, sistema de escrita é a estrutura e forma particular em que um idioma é redigido. O termo possui também a função de classificação. Por exemplo, as línguas portuguesa e grega fazem uso do sistema de escrita alfabético.
- Escrita (*Script*) — um conjunto de signos que representam textualmente um ou mais sistemas de escrita. Por exemplo, quatro escritas compõem o sistema de escrita da língua japonesa: kanji, hiragana, katakana e romaji.
- Alfabeto (*Alphabet*) — o termo se origina das duas primeiras letras da escrita grega (alfa e beta). O alfabeto é um sistema de escrita formado por letras, tanto consoantes quanto vogais, que partilham igual privilégio na constituição de sua estrutura. Alguns exemplos notórios de alfabetos são as escritas latina, grega e cirílica.
- Abjad (*Abjad*) — o termo tem origem nas quatro primeiras letras da escrita árabe (alef, beh, jeem e dal). Como o alfabeto, o abjad também é um sistema de escrita. Entretanto, suas principais letras são consoantes ou vogais longas, tendo suas vogais excluídas ou indicadas apenas por marcas nas consoantes. Exemplos de abjad são a escrita árabe e a hebraica.
- Silabário (*Syllabary*) — sistema de escrita em que cada símbolo está representado por uma consoante e uma vogal (às vezes mais de uma consoante e uma vogal). Assim, *grosso modo*¹, as unidades não são chamadas letras, mas sílabas. São silabários as escritas hiragana e katakana utilizadas no Japão.
- Abugida (*Abugida*) — o termo tem origem nas quatro primeiras consoantes (alf, bet, gaml, dant) e quatro primeiras vogais da tradicional forma da escrita etíope (-ä -u -i -a). O sistema de escrita abugida é uma mistura das características dos sistemas silábicos e alfabéticos. Cada consoante vem associada com uma vogal (usualmente a vogal a).
- Logossilabário (*Logosyllabary*) — neste sistema de escrita as unidades são usadas para representar palavras e/ou morfemas (menores unidades linguísticas que possuem significado) e em alguns casos representar sílabas. A escrita han usada para o chinês (e também conhecida como escrita ideográfica) é um exemplo de logossilabário.

A lista anterior serve de guia para delimitar e organizar as escritas de acordo com similaridades estruturais de seus sistemas. Os sistemas de escrita são, na verdade, muito complexos e, quando analisados mais detidamente, revelam características que dificultam sua classificação dentro de um modelo simplificado, como o apresentado aqui. Um exemplo é o de que os sistemas de escritas, em determinados idiomas, podem misturar diversas escritas. No caso do japonês, são empregados um logossilabário (han), dois silabários (hiragana e katakana) e um alfabeto (romaji) usado para transcrição fonética (UNICODE, 2009, p. 180-181). Outro exemplo apontado por Daniels (1996, p. 4) é o da impossibilidade de uma escrita ser puramente logográfica. Isto porque, entre outros pontos, na representação de uma linguagem não deve constar apenas suas palavras, mas também palavras e nomes estrangeiros.

¹ Daniels (1996, p. 4) faz ainda uma distinção entre *Simple Syllabaries* e *Featural Syllabaries*.

2 Tema e objetivos

O design tipográfico envolvendo mais de uma escrita (multiescrita) cresce no cenário mundial devido às exigências da comunicação cada vez mais globalizada. Neste contexto, novos campos de estudo como a linguística e a gramatologia passaram a ter relevância para a formação do designer tipográfico interessado em projetos dessa natureza. Não é sem razão que o consórcio Unicode, que estabelece o atual codificador para representação digital de caracteres para computadores, incorporou em seu livro a lista de definições de escritas apresentada na seção anterior (UNICODE, 2009, p. 178). O esforço da equipe do Unicode é não somente distinguir os diversos sistemas de escrita em suas características, mas preservar suas particularidades.

No entanto, atualmente, mais de 60% do que é consumido em escritos no mundo está grafado na forma de alfabetos (MAN, 2002, p. 20). Como causa para o que se supõe ser o relativo triunfo desse sistema de escrita sobre os demais, especialistas em tecnologia apontam o poder de invenções ocidentais como a imprensa, o computador, a internet e seus diversos desdobramentos. Por outro lado, historiadores e analistas políticos procuram demonstrar como o colonialismo e a dominação, que vem desde os romanos, disseminaram e impuseram o alfabeto a tantos povos, idiomas e culturas. Porém, por tudo o que veremos a seguir, acreditamos que se em algum momento for encontrada uma explicação, a mesma será complexa e talvez contenha um pouco de cada um desses aspectos.

O objetivo deste artigo não é fechar a questão, mas expor e analisar mais alguns elementos que podem ser incluídos no elenco das causas, para ajudar a eliminar alguns equívocos e compor uma visão mais rica das características do sistema alfabético, sem depreciar outros sistemas de escrita. A intenção é fornecer aos designers tipográficos subsídios e fundamentos que estão fora da esfera técnica, mas que são igualmente relevantes para os que trabalham com diversas culturas, línguas e escritas.

Existe uma ideia disseminada fora dos círculos de estudos dos sistemas de escrita que associa o sucesso do alfabeto ao fato de seu surgimento ser o mais recente na história das escritas e, portanto, carregar em sua estrutura uma evolução em relação aos sistemas anteriores. Contrariamente a essa ideia, que traz em si um pretenso progresso, procuramos compor uma visão alternativa, fundada na história, na cultura e na constituição das escritas. Nossa abordagem contrapõe a visão progressista e a histórico-cultural confrontando, de um lado o filósofo Vilém Flusser e o classicista Eric Havelock e de outro o linguista Peter T. Daniels e o historiador John Man. E do cotejo de algumas de suas ideias, extraímos nossa posição.

3 Flusser e Havelock: o progresso nos sistemas de escrita

Iniciar com o pensamento de Vilém Flusser tem dupla motivação. Por um lado, diversas de suas reflexões vêm sendo apropriadas e exploradas em pesquisas em áreas da comunicação e do design. Por outro, o tema da escrita é recorrente em seus trabalhos. Um exemplo disso encontra-se em seu livro *A escrita: há futuro para a escrita?* No capítulo 4 (Letras), Vilém Flusser volta sua atenção para os motivos que teriam conduzido o homem à criação do alfabeto. Flusser constrói sua argumentação em momentos distintos. Primeiro, procurando associar o alfabeto a uma estrutura mais articulada de registro da língua: “A língua falada aparece, depois da invenção do alfabeto, como preparação para a língua escrita, e o alfabeto foi inventado para, acima de tudo, ensinar o homem a falar corretamente.” Em seguida, como forma de suplantar um discurso mais primordial da civilização, ele argumenta: “O alfabeto foi inventado para substituir o falar mítico pelo falar lógico, e com isso substituir o pensar mítico pelo lógico.” (FLUSSER, 2010, p. 46).

As afirmações de Flusser, do modo como ele as apresenta, indicam uma valorização da linguagem escrita em relação à oral, o que já as tornam de natureza polêmica. Além disso, talvez por suas preocupações se encontrarem mais no território da reflexão filosófica, não dialogam com a paleografia nem se apoiam em uma terminologia² em seu sentido estrito. Não que tal falta de fundamentação se justifique, porém o mais relevante é que sua visão assemelha-se à que era difundida nos estudos sobre escritas desde o final do século XIX. Por mais de um século, conforme afirma Peter

² Conforme o tradutor Murilo Jardelino da Costa, “de acordo com Gustavo Bernardo [Revisor] o autor [Vilém Flusser] é avesso a jargões terminológicos.” (FLUSSER, 2010, p. 12)

T. Daniels (1996, p. 8), foi disseminado o conceito de evolução para a história das escritas com o pressuposto de que o ápice do progresso se encontraria no sistema alfabético.

Não sabemos se os argumentos de Flusser, justificando a “invenção” do alfabeto como um aprimoramento das habilidades discursivas do ser humano, advêm da difusão dessas ideias. Em seus ensaios Flusser raramente cita as fontes. No entanto, suas reflexões indicam similaridades com algumas das concepções do estudioso classicista Eric A. Havelock (1994). Havelock faz parte daqueles estudiosos que supõem uma evolução na constituição dos sistemas de escritas. Uma tese controversa, criticada por linguistas, e que perpassa os estudos de Havelock, é a de que um sistema de escrita não simplesmente expressa e registra a fala, os pensamentos e as ideias, mas pode liberá-los ou cerceá-los dependendo da eficácia ou complexidade do sistema. E o exemplo de eficácia para Havelock seria o sistema alfabético: concebido pela primeira vez pelos gregos a partir de alterações na escrita fenícia, conduziria a toda riqueza da produção literária e cultural grega. Tal sucesso deveu-se, segundo Havelock, ao fato de o alfabeto ser simples o bastante para ser aprendido por qualquer um em pouco tempo e abrangente o suficiente para abarcar os fonemas da língua grega.

Havelock (1994, p. 67) tem uma visão peculiar do processo no interior do qual surgiu o alfabeto. Parte do pressuposto, aceito pela comunidade científica, de que a escrita fenícia foi a base para a constituição da escrita grega. Apesar de ter em mente que a escrita fenícia é composta apenas por consoantes, apoia-se nos estudos de gramatologia de I. J. Gelb para caracterizá-la como um silabário (HAVELOCK, 1994, p. 68). No nosso entendimento, a concepção de Gelb interessa a Havelock uma vez que o ajuda a distanciar conceitualmente a estrutura da escrita fenícia da ideia de alfabeto. Como consequência, reduz a relevância da escrita fenícia para a constituição da grega, reforçando com isso a caracterização do sistema alfabético como revolucionário.

Apoiado nessa tese, Havelock destaca a estrutura do alfabeto em detrimento dos sistemas anteriores:

Se a pista para a seleção de conteúdo que se encontra nos textos próximo-orientais está na natureza de sua grafia, não será certo que a riqueza de conteúdo comparativamente maior dos textos gregos se deve, correspondentemente, à superioridade dos recursos técnicos da grafia grega? (HAVELOCK, 1994, p. 74)

O alfabeto, encorajando a produção de enunciado insólito, estimulou os pensamentos novos, que podiam ficar disponíveis em forma escrita, ser lidos e relidos, e assim irradiar sua influência entre leitores. Não é um acaso o fato de que as culturas pré-alfabéticas do mundo sejam também pré-científicas, pré-filosóficas e pré-letradas. (HAVELOCK, 1994, p. 86)

Do ponto de vista de Havelock, também os desdobramentos que sucedem à “invenção” grega não são relevantes: “Uma vez inventado, o alfabeto forneceu a resposta integral a um problema, e nunca mais houve necessidade de reinventá-lo. As variantes romana e cirílica são apenas isso — variantes — e nada mais.” (HAVELOCK, 1994, p. 14). Preocupado com o valor conceitual inerente ao alfabeto, enquanto sistema de escrita, até mudanças não conceituais como a das formas e estilos das letras, fundamentais para o design tipográfico, são entendidas por Havelock como desvios e imperfeições:

A virtuosidade caligráfica de qualquer espécie estimula a perícia letrada e é por ela estimulada, mas é adversa à socialização do domínio da escrita. As carreiras infelizes das versões grega e romana do alfabeto durante as Idades das Trevas e as Idades Médias dão suficiente demonstração desse fato. Multiplicaram-se os estilos de grafia das letras, suas formas tornaram-se esquisitas e obscuras, por ação das diferentes escolas de escribas nucleadas em centros de ensino rivais. Este fracionamento do alfabeto não teria ocorrido em tal escala não fosse o colapso da educação letrada generalizada. (HAVELOCK, 1994, p. 337-338)

Em resumo, tanto em Flusser quanto em Havelock existe uma sobrevalorização da escrita em sua forma alfabética: no caso de Flusser este excesso ocorre em detrimento do discurso oral e em

Havelock vai além, considerando também sua relação com os demais sistemas de escrita. Outro ponto em comum a ambos é a suposição de que o alfabeto foi capaz não somente de implementar novas estruturas discursivas na literatura, mas possibilitar a constituição do pensamento lógico, científico com as suas diversas consequências para a civilização ocidental.

4 Daniels: história e cultura nos sistemas de escrita

As concepções anteriores, apoiadas nas ideias de evolução e de progresso, mais do que em uma visão histórica e cultural, não ficaram sem resposta e crítica por parte da comunidade científica. No caso específico de Havelock, que estruturou e divulgou sistematicamente suas posições durante sua vida acadêmica, muitas foram as críticas que suas proposições receberam em trabalhos de seus contemporâneos e continuam recebendo após sua morte. Um exemplo vem do linguista Peter T. Daniels:

Bernal expôs o antissemitismo que impregnava o orientalismo, pelo menos até meados do século XX. É chocante encontrá-lo atuando quarenta anos depois, mas o que mais pode ser entendido das seguintes declarações de Eric Havelock? Havelock era um classicista, originalmente de Toronto, que considerou que o grande divisor de águas na história da humanidade cai entre oralidade e escrita, uma visão que é agora comum, mas errada, ou pelo menos simplista (Olson 1994, cap. 1). Para Havelock, no entanto, a alfabetização começou apenas com a introdução do alfabeto grego, a ferramenta que possibilitou a literatura grega, a filosofia grega, o pensamento grego.

Não contente com a elevação das *belles lettres* gregas, Havelock depreciou e denegriu tudo o que veio antes. (DANIELS, 1996, p. 27-28)

O cuidado que Daniels tem em caracterizar e valorizar as escritas em seu contexto histórico e cultural em parte é fruto de sua trajetória assim como das posições epistemológicas que ele assumiu dentro da linguística e da gramatologia. Daniels foi aluno I. J. Gelb, que de acordo com o próprio Daniels foi “um pioneiro no campo da gramatologia”. Juntamente com William Bright, Daniels organizou o livro *The world's writing systems*³, obra que reúne artigos de estudiosos sobre uma extensa lista de escritas e que foi um dos projetos não realizados por Gelb (DANIELS, 1996, p. xxxvii).

Assim, apesar das possíveis influências de Gelb, devemos considerar que Daniels, diversamente de seu mestre, classifica a escrita fenícia não como um silabário, mas como um abjad. E isso faz toda diferença tanto para aproximar o fenício conceitualmente do grego como para evitar que o fenício seja subestimado como faz Havelock. Em outras palavras, para Daniels não existe simplesmente progresso quando uma escrita mais antiga serve de base para a constituição de outra, mas o que ocorre nas diversas diferenciações está ancorado em um processo histórico e cultural. Grosso modo, no caso do modelo de escrita fenício, constituído de 22 letras, somente consoantes, os gregos fizeram as devidas adaptações para a sua língua e acrescentaram as vogais. Para Daniels, qualquer defesa da supremacia de uma escrita sobre as demais é sintoma de pouca atenção e estudo sobre o universo histórico, cultural e das línguas no interior das civilizações. Para ele não se pode privilegiar, por exemplo, o alfabeto, sem ter em consideração que o mesmo não é o sistema mais adequado para linguagens semíticas como o hebraico, o aramaico e o árabe. Nesses casos, os abjads, segundo Daniels (1996, p. 27) são mais apropriados. Outro argumento de Daniels, contrário ao privilégio de qualquer sistema de escrita sobre os demais, é que a média de velocidade de leitura nas

³ O tipógrafo, poeta e escritor Robert Bringhurst expressou-se sobre esta obra nos seguintes termos: “Em 1996, dois linguistas, Peter Daniels e William Bright, publicaram um catálogo analítico dos sistemas de escrita mundiais (*The World's Writing Systems*), e o editor da obra declarou que este cobria ‘todos os alfabetos oficialmente usados no mundo, assim como também seus antecessores históricos’. O ‘oficialmente’ da frase acima é grandioso, embora não signifique muito. Ainda que exceda a novecentas páginas, o catálogo omite milhares de alfabetos, inclusive alguns (zuni e navajo, por exemplo) que são veículos ‘não oficiais’ de importantes obras literárias. *Todavia, o catálogo de Daniels e Bright ainda é o esforço mais significativo já realizado nessa tarefa monumental, ainda incompleta.*” (BRINGHURST, 2006, p. 60-61) Itálico nosso.

diversas escritas é uniforme. Por último, com relação ao ideal do alfabeto de ter correspondência de cada letra com cada fonema, como pensa Havelock, tal característica somente se deu na origem, uma vez que a linguagem se altera constantemente enquanto a escrita permanece invariável por longos períodos (DANIELS, 1996, p. 27).

Numa visão congruente com a de Daniels encontra-se a de outro linguista, M. O'Connor, ao afirmar que:

A prática comum de se referir às escritas semíticas do Ocidente como “alfabetos” poderia ser defendida com o fundamento de que nenhum sistema de escrita representa tudo que é relevante para a linguagem: a diferença entre o que uma escrita semítica representa e o que o alfabeto grego representa é uma diferença real, mas uma diferença de grau e, portanto, dificilmente com fundamentos para explicar a contribuição grega inquestionável para o crescimento da tradição ocidental. (CONNOR, 1996, p. 88)

Tais posições oferecem o contraponto mínimo para a crítica das concepções de Flusser e de Havelock. No entanto, para avançar na compreensão daquilo que caracteriza o alfabeto é preciso encontrar novos elementos que não contradigam as considerações estabelecidas até este momento por Daniels, nas quais nos apoiamos. Tais elementos devem ao mesmo tempo ampliar a discussão sobre a singularidade e capacidades desse sistema de escrita. É nesse sentido que o historiador John Man oferece sua contribuição.

5 John Man: simplicidade, imperfeição e adaptabilidade do alfabeto

O livro *A história do alfabeto* de John Man (2002) é relevante para nosso propósito. Nesse trabalho Man apresenta-nos o alfabeto ao mesmo tempo caracterizando-o como um instrumento intelectual admirável, sem se esquecer da importância dos demais sistemas de escrita:

Os gregos antigos não *inventaram* o alfabeto. Ele estava no ar, por assim dizer, havia mais de mil anos antes de ser encampado pelos gregos. Possivelmente nada do seu gênio oral teria sido preservado a não ser por um surpreendente golpe de sorte. Acontece que eles viviam perto de uma das culturas que haviam tropeçado no alfabeto, e acontece que se encontravam em um estágio crucial de evolução social que os tornava abertos à sua adoção. Somente olhando um pouco mais para trás é que podemos compreender onde e por que o alfabeto floresceu, por que agradou a uns mas não a outros, e que papel os gregos desempenharam ao aceitá-lo, adotá-lo e transmiti-lo ao nosso mundo. (MAN, 2002, p. 22)

Ora, com essas afirmações Man não somente escapa da visão eurocêntrica, ou “chauvinista” de Havelock, como diria Daniels (1996, p. 26), mas põe a questão das particularidades do alfabeto em perspectiva com demais sistemas de escrita. Na concepção de Man, a qualidade distintiva desse sistema diz respeito ao seu conceito composto da associação de sons de vogais e consoantes a elementos atômicos, letras. Como consequência, temos que “todo o discurso humano pode ser simbolizado por duas ou três dúzias de sinais sem sentido” (MAN, 2002, p. 12). Um sistema de escrita com apenas vinte ou trinta elementos torna tal concepção extremamente simples em sua estrutura, principalmente se comparado com silabários e outros sistemas, que se compõem de centenas até milhares de elementos. Mas, além disso, o alfabeto é também singular. Man destaca que a escrita pode ter sido inventada quatro vezes em locais e épocas diversas (China, Mesopotâmia, Egito e América Central). O mesmo ocorreu com o sistema numérico decimal (Babilônia, China, Índia e América Central). Mas, a ideia da escrita, com características alfabéticas, segundo ele, surgiu uma única vez e se espalhou através de diversas formas pelas mais variadas culturas. (MAN, 2002, p. 18)

Distintamente do que considera Flusser, ao entender que o objetivo do alfabeto é substituir o falar mítico pelo falar lógico, e do que defende Havelock sobre a complexidade em que a cultura foi

alçada após o advento do alfabeto, John Man (2002) acredita que o alfabeto surge como uma necessidade prática de registro. E como as sutilezas das línguas não podem ser representadas com o alfabeto, poder-se-ia pensar que o mesmo não consegue simbolizar exatamente aquilo que falamos. Por exemplo:

O inglês é notoriamente inadequado para representar essa construção mental. O *c* às vezes soa como *k*, outras como *s*. *Qu* soa como *kw*. *X* pode soar como *gz* (*exact*) ou *ks* ou *cks* (mas não significam a mesma coisa, como em *tax/tacks*). *Y* pode soar como *ai* (*fly*), ou *i* (*baby*), ou *ii* (*yes*) Um som que não possua letras, o *s* de *pleasure*, se transforma em *zh* em *Zhirinovsky* e pode também ser soletrado como *z* (*azure*) ou *ge* (*camouflage*), embora em outros casos de *ge* seja preciso acrescentar o som de um *d* (*rage, age*). Existem nada menos do que 11 formas de soletrar o som geralmente representado por *sh* (*nation, shoe, sugar, mansion, mission, suspicion, ocean, conscious, chaperon, schist, fuchsia*) e 13 se acrescentarmos uma versão local de *nauseous* e a estranha interjeição *pshaw*. Coisas estranhas como essa mostram que o inglês escrito é, em parte, um silabário — é preciso reconhecer a sílaba no contexto para pronunciá-la corretamente. (MAN, 2002, p. 89-90)

Mas, de acordo com Man (2002), é exatamente essa imperfeição (ou incapacidade de representar todos os sons) que faz a força do alfabeto. Esta escrita não se adapta exatamente a um idioma, mas, segundo ele, com alguma adequação pode adaptar-se a todos. Para Man, o propósito oculto do alfabeto é

reconciliar duas forças antagônicas: possuir tantos símbolos quanto possível para representar a sua língua da forma mais precisa que se possa conseguir; e ao mesmo tempo restringir os seus símbolos para garantir um rápido aprendizado, e escrita e leitura fáceis.” (MAN, 2002, p. 98).

Na prática este antagonismo se resolve com poucos elementos, que variam de vinte e poucos a quarenta, dependendo da língua.

6 Retomada das concepções dos autores, crítica e posição própria

Retornando a Flusser, se avançamos um pouco mais na análise que este autor faz, podemos supor um distanciamento de seu pensamento da tese de Havelock. Como isso ocorre?

Ao final do mesmo capítulo 4 (Letras), em que Flusser apontara a razão para a invenção do alfabeto, ele acrescenta a possibilidade da superação deste sistema de escrita considerando consensual o desejo de superação da consciência histórica:

O motivo por trás da invenção do alfabeto foi superar a consciência mágico-mítica (pré-histórica) e garantir espaço para uma nova (histórica) consciência. O alfabeto foi inventado como código da consciência histórica. Se nós devemos abrir mão do alfabeto, isso se dará provavelmente porque estamos nos esforçando para superar a consciência histórica. Estamos cansados do progresso, e não apenas cansados: o pensamento histórico comprovou-se irracional e homicida. Essa é a razão verdadeira (e não desvantagem técnica do alfabeto), pela qual estamos preparados para desistir desse código. (FLUSSER, 2010, p. 48-49)

Alie-se a isso a visão particular que Flusser tem de progresso: “O progresso, como se diz, não equivale obrigatoriamente a um aprimoramento. Afinal, os dinossauros foram, de certo modo, belos animais.” (FLUSSER, 2010, p. 18). Assim, à primeira vista, os argumentos de Flusser afastam suas reflexões da posição progressista de Havelock. Este distanciamento é duplo: não somente supõe a possibilidade de superação do sistema de escrita alfabético, como também critica a ideia de progresso, conceito caro a Havelock. Porém, se nos detivermos um pouco mais sobre as afirmações de Flusser

veremos que ele próprio admite que a razão verdadeira para nossa civilização desistir do alfabeto não é técnica. E se o motivo é, como afirma Flusser, superar a consciência histórica, entendemos que ele considera que o alfabeto tem influência sobre nossa maneira de pensar e constituir a realidade. E nesse ponto ainda existe concordância entre Flusser e Havelock.

Contrariamente ao que sustenta Havelock, não acreditamos que, de fato, um determinado sistema de escrita tenha poder de alçar e distinguir uma civilização, acima das demais. Nem sequer que um sistema seja capaz de limitar nossa capacidade reflexiva de tal modo que cogitemos abandoná-lo, como sugere Flusser. Existe aqui um ponto essencial a ser discutido. Não podemos nos esquecer de que primeiro aprendemos a pensar, no interior de uma língua, e somente depois aprendemos a ler e a escrever. Se nossa capacidade de pensar se exerce no interior de uma língua, não significa que o sistema de escrita que utilizamos nos cerceie ou nos controle a tal ponto que deixemos de encontrar soluções para nossos problemas mais fundamentais, por causa dele. Devemos ter em mente aquilo que é essencial para a nossa constituição enquanto seres humanos. Como afirma Robert Bringhamst:

A escrita em si pode ser tanto mais como menos que uma linguagem. Ela pode ser mais que uma linguagem porque pode se desenvolver em ricas e variadas formas de arte gráfica. E pode ser menos porque, por mais que a adoremos, a escrita não é uma parte indispensável da experiência humana ou uma condição humana perene. Se a linguagem for perdida, a humanidade estará perdida. Se perdermos a escrita, algumas civilizações e sociedades serão perdidas, mas muitas permanecerão — e não há razão alguma para pensar que essas alternativas são inferiores. (BRINGHURST, 2006. p. 78)

Assim, é com esses critérios em mente que não compartilhamos, por exemplo, determinada concepção eurocêntrica de que só é possível pensar conceitos filosóficos ocidentais dentro de uma específica língua⁴ e escrita ocidental. Os árabes não só traduziram Aristóteles do grego para o arábico, como também preservaram e estabeleceram uma tradição do pensamento peripatético que posteriormente retornou ao Ocidente e o influenciou. E mesmo que entendêssemos nosso pensamento histórico como “irracional e homicida”, ao modo de Flusser, ainda assim não consideramos adequado abrir mão de um sistema de escrita que tem se mostrado, na prática, eficiente, seja ele qual for. Nem estamos convencidos de que substituir sistemas não alfabéticos por alfabéticos poderá estimular novos pensamentos, como sugere Havelock.

Quanto às posições congruentes de Peter T. Daniels e John Man, até que ponto elas coincidem? A compreensão que Daniels têm de que o alfabeto ou qualquer outro sistema de escrita não é uma estrutura universal e que, portanto, não pode ser aplicado indistintamente a qualquer língua, contraria em certa medida o argumento da flexibilidade e simplicidade de Man. E mesmo no interior das línguas que atualmente fazem uso do bem-sucedido alfabeto latino, flexibilidade e adaptabilidade somente se tornam possíveis abrindo-se mão da simplicidade de 26 letras que Man exalta. De fato, quando incluímos maiúsculas, minúsculas e sinais diacríticos para cobrir as variações das diversas línguas de escrita romana, saltamos de dezenas para centenas de elementos. É o que nos mostra, por exemplo, Robert Bringhamst (2005, p. 315-323), ao listar um conjunto de mais de seiscentos caracteres latinos (entre maiúsculas, minúsculas e sinais diacríticos) utilizados atualmente em centenas de línguas.

Independente das diferenças nas convicções de Daniels e de Man, o importante é que ambos mantêm uma atitude de valorização da diversidade. Ora, se cada escrita, com sua história, está impregnada de cultura e carrega suas particularidades, essas exigências da linguística e da gramatologia também devem ser incorporadas aos projetos no ato da criação tipográfica. Agir com esse nível de consciência é uma das garantias de preservação da riqueza e pluralidade das escritas.

⁴ Flusser (de modo correlato ao que faz Heidegger ao afirmar que só é possível filosofar em grego e alemão) defende que em português é possível pensar conceitos impensáveis em alemão (FLUSSER, 2011, p. 99).

Is the alphabet the best writing system? A quarrel induced between Flusser and Havelock *versus* Daniels and Man

Abstract: This paper seeks to characterize the alphabetic writing system in relation to the diversity of existing systems. Aims to approximate typeface designers who work in multi-script to fields such as linguistics and grammatology, required in design area. As an approach strategy to analyze the conceptions of the philosopher Vilém Flusser and the classicist Eric Havelock in contrast to the ideas of the linguist Peter T. Daniels and the historian John Man. From the clash of these four views are extracted some of the criteria that we consider essential to subsidize the typeface multi-script design in their linguistic and grammatological aspects.

Keywords: Writing system; script; alphabet; multi-script typeface design; grammatology.

Referências bibliográficas

BRINGHURST, Robert. **A forma sólida da linguagem**: um ensaio sobre escrita e significado. Tradução Juliana A. Saad . São Paulo: Editora Rosari, 2006.

BRINGHURST, Robert. **Elementos do estilo tipográfico** – versão 3.0. Tradução André Stolarski. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CONNOR, M. O'. Epigraphic semitic scripts. In: DANIELS, Peter T. *et al.* **The world's writing systems**. New York, Oxford University Press, 1996. p. 88-107.

DANIELS, Peter T. *et al.* **The world's writing systems**. New York, Oxford University Press, 1996.

DANIELS, Peter T. The first civilizations. In: DANIELS, Peter T. *et al.* **The world's writing systems**. New York, Oxford University Press, 1996. p. 21-32.

FLUSSER, Vilém. **A escrita**: há futuro para a escrita? Trad. Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010.

FLUSSER, Vilém. **A dúvida**. São Paulo: Annablume, 2011.

HAVELOCK, A. Eric. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Tradução. Ordep José Serra. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

MAN, John. **A história do alfabeto**: como 26 letras transformaram o mundo ocidental. Tradução Edith Zonenschain. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.

SILVA, S.L. **Faces & Fontes Multiescrita**: fundamentos e critérios do design tipográfico. 1. ed. Belo Horizonte: Adaequatio Editora, 2016.

SWIGGERS, Pierre. Transmission of the Phoenician Script to the West. In: DANIELS, Peter T. *et al.* **The world's writing systems**. New York, Oxford University Press, 1996. p. 261-270.

UNICODE, Consortium. **The Unicode Standard Version 5.2**. 2009. 656 p. Disponível em:
< [http://www.unicode.org/versions/Unicode5.2.0/Unicode Standard-5.2.zip](http://www.unicode.org/versions/Unicode5.2.0/Unicode%20Standard-5.2.zip) >. Acesso em: 22 abr. 2011.